



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

COMISSÃO GESTORA DO
PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
I RELATÓRIO SEMESTRAL
2016



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Índice

1	INTRODUÇÃO	3
2	ABRANGÊNCIA.....	4
3	RELATÓRIO	4
3.1.	MATERIAL DE CONSUMO.....	3
3.2.	ENERGIA ELÉTRICA.....	6
3.3.	CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO.....	9
3.4.	RESÍDUOS SÓLIDOS.....	10
3.5.	TELEFONIA FIXA E MÓVEL	14
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
5.	COMISSÃO GESTORA DO PLANO LOGÍSTICO SUSTENTÁVEL	17



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

1 INTRODUÇÃO

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) é uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, permitindo ao judiciário estabelecer a sua política de sustentabilidade.

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul elaborou seu plano com a finalidade de estabelecer a implantação e o contínuo aperfeiçoamento de práticas de sustentabilidade dentro do judiciário, em atendimento à determinação contida na Resolução CNJ n. 201/2015. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça aprovou, na sessão do dia 16 de setembro de 2015, o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, e em 22 de setembro 2015 foi publicado no portal do TJMS no endereço da Ecogestão (http://www.tjms.jus.br/projeto_ecogestao/).

Os temas que compõem o PLS são aqueles contidos no art. 16º da citada resolução (uso eficiente de insumos e materiais; energia elétrica; água e esgoto; resíduos sólidos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis; deslocamento de pessoal; telefonia; sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional; e deslocamento de pessoal). O monitoramento, a avaliação e a revisão do PLS são de competência da Comissão do Plano de Logística Sustentável, instituída pela Portaria nº 766, de 27 de julho de 2015. Dentre as competências da Comissão Gestora, destacam-se: acompanhar a implantação das ações propostas; orientar sobre contratações e aquisições mais eficientes; requisitar, de forma contínua, os dados e subsídios necessários para o processo de avaliação das ações; elaborar relatório com apresentação dos resultados; sugerir melhorias considerando os resultados obtidos, as boas práticas e legislações pertinentes ao tema de sustentabilidade. O relatório semestral é resultado do monitoramento realizado pela Comissão, sendo o documento em tela o Primeiro Relatório Semestral de Execução do PLS.

Este relatório apresenta as atividades executadas pelo órgão, considerando as ações previstas no PLS, relativas ao primeiro período de avaliação do Plano – janeiro a junho de 2016. Neste período inicial, muitas das ações previstas começaram a ser implementadas e outras ainda estão em fase de planejamento.

Conforme estabelecido nos artigos 22 e 23 da citada Resolução CNJ 201/2015, abaixo transcritos, os resultados obtidos a partir da implantação das ações definidas do PLS-PJMS deverão ser publicados ao final de cada semestre no ano no sítio do órgão, apresentado as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores. Art. 23. Ao final de cada ano deverá ser elaborado relatório de desempenho do PLS contendo:

- I – consolidação dos resultados alcançados;



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

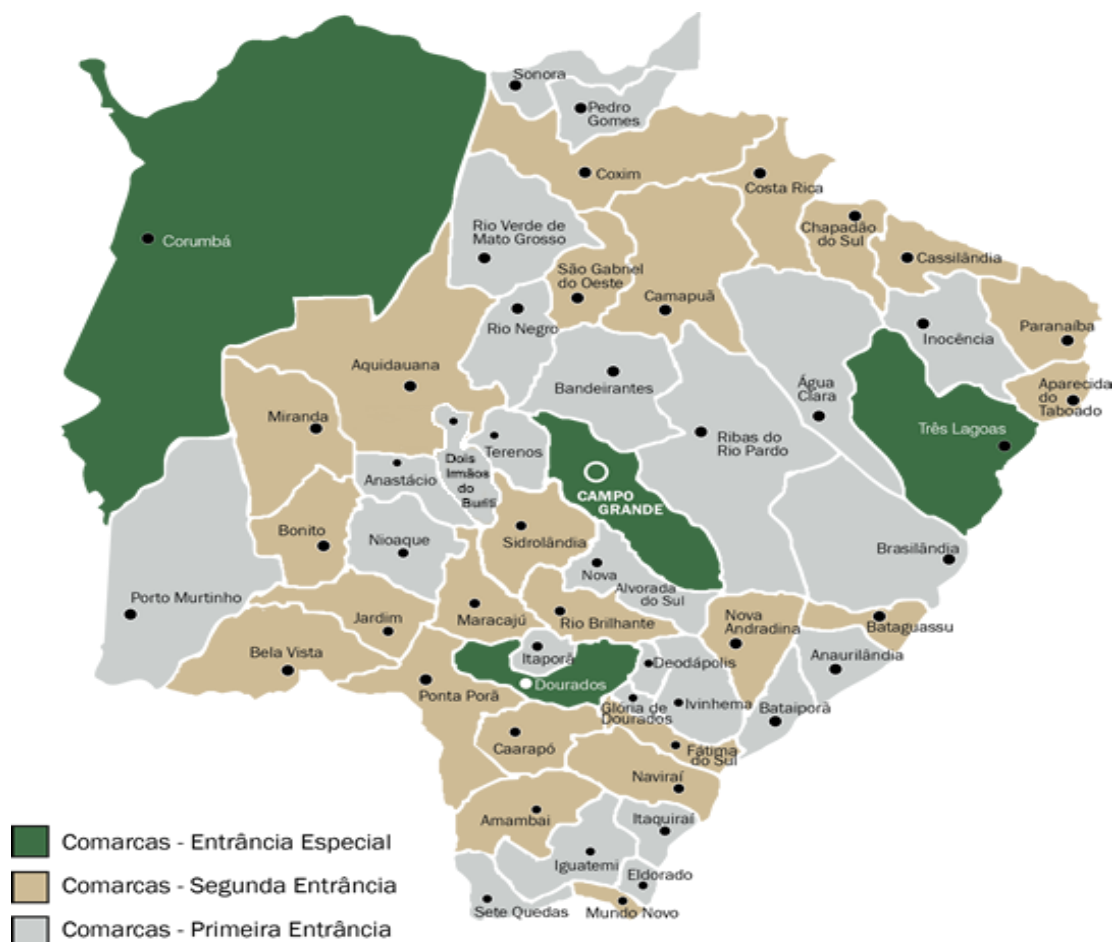
II – a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do poder Judiciário com foco socioambiental e econômico, de acordo com o previsto no Anexo I da citada Resolução;

III - identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Por fim, a Comissão espera que esse relatório, além de retratar o atual cenário da sustentabilidade do judiciário sul mato-grossense, sirva para induzir as mudanças necessárias ao bom desempenho ambiental do PJMS.

2 ABRANGÊNCIA

O PJMS possuía até 2015, 52 Comarcas ativas, sendo que em 4.12.15 foi reinstalada a Comarca de Angélica e neste primeiro semestre foi reinstalada a Comarca de Dois Irmãos do Buriti no dia 12.4.16, abaixo demonstramos um mapa do Estado de Mato Grosso do Sul, com as devidas 54 Comarcas.





Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3 RELATÓRIO

Para colaborar com o controle e redução do consumo de insumos no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, o Plano de Logística Sustentável (PLS) representa uma ferramenta importante para o direcionamento de ações práticas, educacionais e de conscientização dos usuários de recursos.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3.1. MATERIAL DE CONSUMO

O PJMS reforça as campanhas para o alcance dessa meta, que exige esforços, em especial na conscientização dos servidores e colaboradores. De início, tem sido sugerida a redução, o reaproveitamento e a reciclagem do papel, mas o PJMS já adota várias ações para a sua economia como:

- Sistema de Controle de Documentos e Processos Administrativos Virtual (SCDPA) desde 2009, que tem por finalidade a comunicação interna, sem a necessidade de impressões;
- Malote digital para efetivação dos benefícios legais como alvará de soltura, progressão de regime ao semiaberto e aberto, livramento condicional e saídas temporárias para tratamento de saúde de custodiados em unidades penais do Estado;
- 100% do papel consumido pelo TJMS são certificados pela CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) e PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes);
- Confecções de bloco de anotações confeccionado pela Reprografia do TJMS;
- Sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais.

No Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, os papeis A4 são fornecidos por uma empresa terceirizada que faz a manutenção das impressoras, e uma parte do fornecimento acontece pela Secretaria de Bens e Serviços, deste Egrégio.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Redução no consumo de resma de papel	Data da elaboração	janeiro a junho/2016
Forma de Medição	Papel (forma de medição: resmas requisitadas no almoxarifado)		

AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO		
					2014	2015	TOTAL PRIMEIRO 2016
Promover campanha para revisar os documentos antes de imprimir	Reduzir o consumo médio mensal de resmas de papel, até dezembro de 2016, em 1%	Divulgação de campanha através de: e-mail institucional; intranet, caixa de mensagens; sobre a importância do consumo consciente do papel e sua reutilização, buscando fazer com que todos adotem os seguintes métodos: imprimir e copiar frente e verso; imprimir e copiar apenas a quantidade necessária; utilizar e-mail para comunicação interna e externa; evitar espaços ociosos nos textos que serão impressos; usar o verso de folhas para rascunho ou confecção de blocos de anotações;	Secretaria de Comunicação	Em andamento	5.494 resmas/ano	5.938 resmas/ano	1.357 resma/semestre
Configuração das impressoras para padrão de impressão em frente e verso		Configurar as impressoras para os recursos de impressão frente e verso	Secretaria da Tecnologia da Informação	Concluído			



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Redução no consumo de copos descartáveis	Data da elaboração	janeiro a junho/2016
Forma de Medição	Copos descartáveis (forma de medição: copo (unidades) requisitados no almoxarifado)		


DESCRIÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO		
					2014	2015	TOTAL PRIMEIRO SEMESTRE 2016
Desenvolvimento de estudo de viabilidade de aplicação e custos para utilização de copos de 50ml descartáveis biodegradáveis	reduzir no mínimo, 1% no consumo de copos descartáveis até o final do exercício de 2016	avaliação da aplicabilidade do uso do copo alternativo, BIODEGRADÁVEL.	Secretaria de Bens e Serviços	Não atingida, uma vez que a estimativa de custo foi relativamente alta e na atual crise econômica será aplicada em uma outra oportunidade	46.768	54.290	28.084
Campanhas de sensibilização para conscientizar os servidores a reduzirem o consumo		Divulgação da campanha via intranet e meios eletrônicos institucionais.	Secretaria de Comunicação	Em andamento			



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

de copos descartáveis e incentivar que os servidores tragam as canecas						
Desenvolvimento de estudo de viabilidade de aplicação e custos para compra de canecas para os servidores		- Estimativa de consumo - Estimativa de custos - Apresentação do relatório	Secretaria de Bens e Serviços	Em andamento		

3.2. ENERGIA ELÉTRICA

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	aumentar a eficiência do consumo de energia elétrica.	Data da elaboração	janeiro a junho/2016
Forma de Medição	Energia elétrica (Forma de medição: Kwh consumido total registrado na medição na conta mensal)		

AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO		
					2014	2015	TOTAL PRIMEIRO SEMESTRE 2016
Instalação de sensores de presença		instalação de sensores de presença para	Secretaria de Obras	Em andamento, a Comarca de Terenos			



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

		acionamento de iluminação de áreas de ocupação eventual como os banheiros.		será a primeira a receber nos banheiros destinados ao público			
Desenvolvimento de estudo para adequação das instalações elétricas (instalação de banco de capacitor)	até 2017, reduzir em 2% o consumo de energia elétrica em KW/h em comparação a 2014.	Elaborar estudo de viabilidade para a instalação de bancos capacitores em alguns fóruns	Secretaria de Obras	Em andamento	12.356.669 Kwh/ano	12.158.881 Kwh/ano	5.920.715 Kwh/semestre
Implantação de energia fotovoltaica		Elaborado termo de referência para fornecimento e prestação de serviços de instalação, operação e monitoramento de Sistema de Geração Descentralizada com Energia Solar Fotovoltaica de 75kWp, conectada à rede da Concessionária	Secretaria de Obras	Em estudo, devido o custo/benefício			
Substituição paulatina e progressiva do sistema de iluminação elétrica externa e interna por lâmpadas com maior eficiência energética		Na construção do Fórum de Terenos foram instaladas as lâmpadas de LED, e com o decorrer das obras no PJMS serão substituídos paulatinamente	Secretaria de Obras	Em andamento			
Aquisição de computadores em conformidade com as normas EPEAT e Energy Star (no mínimo GOLD) para redução de consumo		Substituição paulatina dos computadores com a certificação Energy Star que é referência em economia de energia.	Secretaria da Tecnologia de Informação	Em andamento, os computadores estão sendo substituídos gradativamente.			



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Na área de energia elétrica, foram implantadas ou executadas as seguintes ações:


- acompanhamento de consumo;
- revisão do contrato de fornecimento de energia, visando à racionalização em razão da real demanda de energia elétrica do Órgão;
- campanha de incentivo à redução do consumo de energia;
- colocação de material visual para a conscientização do consumo de energia elétrica;
- melhoria no dimensionamento dos sistemas elétricos, reduzindo perdas.

Vale salientar que neste ano de 2016 foram reinstaladas duas Comarcas a de Dois Irmãos do Buriti e Angélica, o que acarreta um consumo maior.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3.3. CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Redução no consumo de água	Data da elaboração	janeiro a junho/2016
Forma de Medição	Água (Forma de medição: m ³ captado registrado em medidor próprio ou na conta mensal)		

AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO		
					2014	2015	TOTAL PRIMEIRO SEMESTRE 2016
Descargas econômicas	até 2017, reduzir em 1% o consumo de água em m ³ em comparação a 2014.	avaliar viabilidade para cada prédio de instalação de descargas de parede com duplo acionamento (sólidos e líquidos).	Secretaria de Obras	Em andamento, a Comarca de Terenos será a primeira a receber nos banheiros destinados ao público	63.891 m ³ /ano	63.915 m ³ /ano	31.599 m ³ /semestre
Captação da água da chuva		Quando existir reforma nos prédios será realizado um estudo para implantação	Secretaria de Obras	Parcialmente implantada			



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Na área de água e esgoto, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- campanha para incentivo de consumo consciente de água;
- substituição de torneiras convencionais nos lavatórios por torneiras com temporizador;
- Estabelecimento de rotina acerca da periodicidade de irrigação de jardins, estipulando períodos padronizados para essa atividade em cada época do ano;
- Captação da água da chuva para limpeza de calçada e irrigação de jardim;
- Instalação de redutores de pressão nas torneiras;
- Monitoramento de uso da água no prédio do Poder Judiciário.

Em relação ao aumento de consumo, deve-se ao fato que entre 2014 e 2015 foram inaugurados 4 (quatro) novos prédios, sendo os Fóruns de Miranda, Coxim, Sete Quedas e Nova Alvorada do Sul, totalizando um terreno de 16.415,56 m², aumentando assim o consumo de água.

3.4. RESÍDUOS SÓLIDOS

Embora o sistema básico de coleta de resíduos exista há muitos anos, o PJMS ainda carece de um diagnóstico mais aprimorado no conjunto de suas comarcas para uma avaliação e otimização do processo. Iniciativas nessa direção já existem, como um projeto piloto desenvolvido no Fórum da Comarca de Anastácio, por meio do Juiz Luciano Pedro Beladelli e em parceria com a Empresa de Materiais Recicláveis, vem promovendo um trabalho de reciclagem de materiais.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Em 2006 o Governo Federal editou o Decreto nº 5.940/2006, que regulamenta aos órgãos públicos, em todos os níveis, a destinação dos resíduos à associações de catadores de papel (Coleta Seletiva Solidária). Há, portanto, a necessidade de esforços da administração pública para que se organizem e façam cumprir essa exigência legal, estabelecendo seu sistema de gerenciamento de resíduos sólidos.

O PJMS atualmente elabora um projeto para se adequar ao Decreto citado, neste momento nossos materiais recicláveis como o papel são doados a cooperativas, não existindo nenhum contrato formal.

Os cartuchos e tonners de impressão são encaminhados para a instituição de caridade chamada Cotelengo, que atende pessoas com paralisia cerebral grave, altamente dependentes de terceiros.

Em maio/2012 começou o desenvolvimento do projeto de descarte consciente de lâmpadas fluorescentes do Poder Judiciário, a fim de atender a Lei n. 12.305/2010, que recomenda logística reversa. O PJMS deste então, acondiciona e armazena as lâmpadas inservíveis em caixas nos prédio do Tribunal de Justiça e Fórum de Campo Grande/MS e depois encaminha para uma empresa terceirizada especializada com este tipo de resíduos.

Considerando ainda a missão de contribuir como agente de evolução social por meio de uma gestão sustentável, desenvolvemos no ano de 2015 o projeto de coleta de pilhas e baterias. As caixas coletoras são produzidas pela marcenaria deste Egrégio e depois as coletas são realizadas pela GM e Logística de Transporte, sem custo, uma vez que é uma iniciativa dos fabricantes e importadores de pilhas e baterias, que desenvolveram o programa "ABINEE RECEBE PILHAS", visando atender à Resolução CONAMA 401/2008.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Coleta seletiva	Data da elaboração	janeiro a junho/2016
Forma de Medição	Coleta (Forma de medição: kg encaminhado à terceiro registrado em manifesto ou documento similar)		

AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS
plano de gestão de resíduos	Viabilizar o descarte adequado dos resíduos no PJMS.	Documento que aponta e descreve ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observadas suas características, no âmbito dos estabelecimentos, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, condicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente	Secretaria de Obras	Em fase de estudo
Coleta Seletiva		- Implantar a coleta seletiva, conforme Decreto Presidencial nº 5.940 de 25.10.2006	Secretaria de Obras e Secretaria de Bens e Serviços	Em fase de estudo

INDICADOR	DADOS DA MEDIÇÃO	
	2015	TOTAL PRIMEIRO SEMESTRE 2016
Destinação de papel para reciclagem	16.550 Kg/ano	10.650 Kg/semestre



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem	-	312,45 kg/semestre
Destinação de lâmpadas encaminhadas para descontaminação	3.247 unidades/ano	*
Destinação de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação	497,20 kg/ano	158,30 kg/semestre
Total de material reciclável destinado às cooperativas	16.550 Kg/ano	10.650 Kg/semestre

*o contrato para descontaminação das lâmpadas foi assinado no mês de Julho/2016.



Figura 1 – Coletas das lâmpadas



Figura 2 – Projeto papa pilha.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3.5. TELEFONIA FIXA E MÓVEL

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Redução do dispêndio em telefonia Fixa e Móvel	Data da elaboração	janeiro a junho/2016
Forma de Medição	Telefonia Fixa e Móvel (Forma de medição: Valor registrado em conta telefônica mensal em relação às linhas e ramais em operação no período)		

AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO					
					2014 TELEFONIA FIXA	2014 TELEFONIA MÓVEL	2015 TELEFONIA FIXA	2015 TELEFONIA MÓVEL	TOTAL PRIMEIRO SEMESTRE TELEFONIA FIXA 2016	TOTAL PRIMEIRO SEMESTRE TELEFONIA MÓVEL 2016
Instalação de PABX virtual nas Comarcas	reduzir em 1% dos custos totais de telecomunicação per capita até 2017, em comparação a 2014.	reduz os gastos com telefonia, pois otimiza o uso do sistema telefônico, trazendo uma ótima relação custo-benefício	Secretaria de Obras	Em andamento	R\$1.052.157,57	R\$ 45.521,12	R\$1.239.556,83	R\$109.425,29	R\$ 510.677,46	R\$ 153.327,89
Estudo para implantação do sistema VoIP		Estudo para implantação da tecnologia	Secretaria Tecnologia da Informação	Em andamento						



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Monitoramento do uso do telefone		Monitorar as contas de telefonia fixa e móvel.	Secretaria Tecnologia da Informação Secretaria de Obras Secretaria de Finanças	Em andamento						
Norma interna para telefonia fixa e móvel		criar grupo para normatização sobre o uso de telefone	Secretaria Tecnologia da Informação Secretaria de Obras Secretaria de Finanças	Em estudo						

Como pode ser observado, o valor da fatura de telefonia móvel tem aumentado devido a necessidade de atender a servidores e magistrados que precisam comunicar entre si e com empresas fornecedoras para realização de atividades administrativas e judiciais com maior celeridade.

Neste sentido, quando da atualização do Plano Logístico Sustentável, a meta será modificada para melhor se adequar à realidade deste Egrégio.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste relatório, ainda não podemos evidenciar os resultados do primeiro semestre do PLS de 2016, mas apenas um breve indicativo de que o Poder Judiciário do Mato Grosso do Sul vem contribuindo como agente de evolução social por meio de uma gestão sustentável, e que no decorrer do ano os planos e metas serão aplicados para assim desenvolver mais uma ação de boas práticas a favor do meio ambiente, e assim reforçando seu compromisso com a sociedade.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

5. COMISSÃO GESTORA DO PLANO LOGÍSTICO SUSTENTÁVEL

Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça

Dr. Alexandre Antunes da Silva

Direção-Geral

Marcelo Vendas Righetti

Secretaria de Obras

- Núcleo Socioambiental

Rosiley Ferreira Cristaldo

Maria Cristina Tamiozzo

Assessoria de Planejamento

Titular: Tatiana Barbosa Rodrigues

Substituto: Josiany Angelica Silva Oliveira

Secretaria de Bens e Serviços

Titular: Larissa de Almeida Fagundes

Substituto: Alessandro de Oliveira Cardoso

Secretaria de Comunicação

Titular: Carlos Alberto Kuntzel

Substituto: Diego Espindola Virgilio

Secretaria de Gestão de Pessoal

Titular: Maria de Fátima Lessa Bellé

Substituto: Fabiana Ricartes de Oliveira Corradini

Secretaria da Tecnologia da Informação

Titular: Charles Cestari Baruki

Substituto: Altair Junior Ancelmo Soares

Secretaria de Finanças

Titular: Adriana Lechuga do Amaral Prestes

Substituto: Marcela Oliveira Armstrong Batistela

Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul

Titular: Magna Trindade Nantes Fontoura

Substituto: Rosimar Maria da Silva Gomes